

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA ENTRE DIRETORIA AMPLIADA E CTPC, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2024

1 Aos vinte e seis dias do mês de novembro de 2024, reuniram-se ordinariamente os membros da
2 Diretoria Ampliada do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas em juntamente com os
3 membros da Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle (CTPC) por meio de
4 videoconferência, utilizando-se da plataforma *Teams*. **Membros da CTPC presentes:** Humberto
5 Martins Marques – Prefeitura de Belo Horizonte; Nathalia Luiza Fonseca Martins – Federação das
6 Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Germânia Gonçalves – Prefeitura de Pedro Leopoldo;
7 Rogério Brito Moraes – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG);
8 Viviane Pires – Prefeitura de Ouro Preto; Leonardo José Teixeira – Conselho Regional de Engenharia
9 e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG); Michaely Kenedy de Jesus Reis – CSN Cimentos Brasil S.A.;
10 Adriano Valério – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET Curvelo); Márcio
11 Roberto Lima – Prefeitura de Contagem. **Membros da Diretoria Ampliada presentes:** Valter Vilela
12 Cunha – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES); Renato Junio Constâncio
13 – Cemig Geração e Transmissão S.A.; Ronald Guerra – Instituto Guaicuy; Poliana Valgas – Prefeitura
14 de Jequitibá; Heloísa França – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabirito (SAAE Itabirito);
15 Francisco de Assis Gonzaga – Prefeitura de Ouro Preto. **Convidados presentes:** Dimas Correa da
16 Silva; Frederico Figueiredo Henrique; Jacqueline Evangelista Fonseca, Guilherme Moreira de Souza
17 e Silva; Ohany Vasconcelos Ferreira – Agência Peixe Vivo (APV); Leonardo Cotta, João Alves – Tanto
18 Expresso; Jeam Alcântara – Água e Solo Estudos e Projetos; Maria Eduarda San Martin – Prefeitura
19 de Pindamonhangaba/SP. **Pauta da reunião conjunta Diretoria Ampliada e CTPC: Item 1.** Abertura,
20 verificação de quórum e recepção dos conselheiros e convidados; **Item 2.** Plano Municipal de
21 Redução de Riscos (PMRRs) e Plano Integrado de Gestão de Riscos de Desastres Naturais – Comitê
22 da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul; **Item 3.** Proposta de remanejamento de rubricas do
23 Plano Plurianual de Aplicação dos Recursos de Cobrança - PPA; **Item 4.** Assuntos gerais e
24 encerramento. **Item 1.** Poliana Valgas cumprimenta a todos partícipes da reunião e atesta que há
25 quórum suficiente para início da reunião. **Item 2.** Maria Eduarda San Martin, ex-presidenta do
26 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (São Paulo), contextualiza a apresentação a ser
27 feita por ela, sobre os Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRRs) e Plano Integrado de Gestão
28 de Riscos de Desastres Naturais realizados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
29 (São Paulo). Esclarece, em primeiro lugar, que uma das pautas mais proeminentes mundialmente
30 são as mudanças climáticas e sua ligação com os desastres naturais – essa associação que leva à
31 pergunta de até que ponto pode-se considerar um evento como natural ou como consequência da
32 ação do homem sobre a natureza. Tendo em vista a eminência das catástrofes climáticas, o Comitê
33 do Rio Paraíba do Sul procurou formas de reduzir os riscos dos acontecimentos climáticos extremos,
34 pensando no âmbito dos municípios. Assim, firmou-se parceria junto à Fundag – Fundação de Apoio
35 à Pesquisa Agrícola, uma instituição vinculada ao Estado que tem feito projetos em diversas áreas
36 relacionadas ao meio ambiente – para elaboração de projetos financiados com recursos do
37 FEHIDRO, o Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. O executor do projeto foi
38 a empresa Regea, empresa privada de soluções em desenvolvimento, indicação e gerenciamento
39 de projetos de engenharia, com bastante experiência na área de recursos hídricos. O projeto final
40 foi dividido em duas áreas: a primeira, focada em dar para cada município da região da bacia
41 hidrográfica PMRRs individuais. Dos 34 municípios da bacia, 32 foram contemplados com PMRRs

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA ENTRE DIRETORIA AMPLIADA E CTPC, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2024

42 individuais, sendo que os outros dois já possuíam planos recentes. Em seguida, a engenheira
43 ambiental detalha a área de estudo e mostra que se criaram possibilidades de cenários pensando
44 nas tendências climáticas vistas em dados brasileiros, da ONU e do IPCC. A partir desses cenários,
45 foi possível a criação de mapas de análise térmica, de como determinadas culturas agrícolas seriam
46 afetadas, análise pluviométrica, entre outros. Com o cenário atual, de aumento de temperatura de
47 mais de 4°C e 20% de aumento de precipitação, foi possível identificar regiões e culturas que
48 potencialmente serão mais afetadas no futuro, podendo haver desastres naturais que possam afetar
49 a própria população dessas áreas. Maria Eduarda mostra outros cenários climáticos projetados, a
50 título de exemplo, como a reposição de água aos aquíferos e termos do balanço hídrico. De seguida,
51 ela detalha a construção dos PMRRs, que foram criados com base na Lei Federal 12.608/2012,
52 referente à Política Nacional de Proteção da Defesa Civil, que recomenda a bacia hidrográfica de
53 uma região como unidade territorial de referência à prevenção de desastres relacionados a corpos
54 d'água. Os planos têm como objetivos a identificação, localização e análise dos riscos geológicos e
55 hidrológicos; as classificações de risco e vulnerabilidade e a definição de ações de mitigação –
56 medidas estruturais e não estruturais – para a gestão de risco e de desastres. Já o Plano Integrado
57 de Gestão de Riscos de Desastres Naturais, de forma complementar, objetiva a integração e análise
58 dos dados de risco e de vulnerabilidade a eventos geodinâmicos em escala da bacia; proposição e
59 priorização de medidas estruturais e não-estruturais para redução de risco; proposição de ações
60 integradoras, intersetoriais e intersecretariais para gestão de risco e de desastre; e um panorama
61 geral de risco e vulnerabilidade por sub-bacias: áreas, setores e número de edificações. O
62 gerenciamento de riscos e desastres é realizado pela empresa contratada para execução (Regea), e
63 deve ser focado em uma sequência de ações: prevenção, mitigação, preparação, resposta e
64 recuperação. Dando continuidade, a engenheira ambiental expõe alguns processos geológicos que
65 a empresa realiza levantamento sobre; como escorregamentos, solapamentos e erosões. Já nos
66 processos hidrológicos, há levantamento de enxurradas e inundações. Para exemplificar, ela mostra
67 um dos mapeamentos de risco e de vulnerabilidade feito pela Regea. Nele, com a colaboração de
68 várias secretarias municipais e a Defesa Civil, foi levantado os processos geológicos, que foram
69 posteriormente identificados, analisados e classificados. A partir do mapeamento, foram
70 identificados os municípios com riscos mais altos de ocorrência desses processos, as áreas de risco,
71 os setores e edificações. É preciso, dessa forma, que os municípios analisem essas edificações e
72 tragam planos de ação. Maria Eduarda explica que para as áreas sujeitas a riscos geológicos para as
73 quais são propostas obras de mitigação, o conjunto de fichas e mapas de setorização vem
74 acompanhado de uma planilha com a relação e o custo da obra, bem como um mapa indicando a
75 localização das obras propostas na área. Em relação ao custo de obras, é exposto que o custo é
76 bastante alto se leva-se em conta todos os municípios, porém, é importante ter os custos e a
77 hierarquização das obras como caminho para pleitear recursos do FEHIDRO e outras fontes. Logo
78 depois, ela apresenta um manual de dispositivos de redução de riscos para adaptação às mudanças
79 climáticas, elaborado a partir de todo o projeto apresentado, com o intuito de promover o
80 conhecimento sobre alternativas de soluções para as obras voltadas para a mitigação de riscos e de
81 vulnerabilidade aos desastres naturais. Compartilha que o manual foi de tamanho sucesso que a
82 ABGE, Associação Brasileira de Geologia e Engenharia, solicitou sua publicação para servir de

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA ENTRE DIRETORIA AMPLIADA E CTPC, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2024

83 orientação para outros municípios e profissionais da área. Ao final da apresentação de Maria
84 Eduarda, os conselheiros se manifestam e a Diretoria do CBH Rio das Velhas agradece a participação
85 da engenheira. Francisco de Assis sugere que o Comitê convide o professor Frederico Sobreira, que
86 elaborou o Plano Municipal de Redução de Riscos de Ouro Preto, no momento de elaboração de
87 estudos e ações sobre riscos geológicos, uma vez que ele é um dos maiores especialistas da área no
88 Brasil. **Item 3.** Poliana relembra que o remanejamento das rubricas do PPA acontece
89 frequentemente ao final de cada ano. Ela ressalta, ainda, que a inadimplência impacta
90 negativamente nos valores e, portanto, no planejamento das ações do Comitê. Jacqueline Fonseca
91 traz as principais alterações propostas em cada componente: Componente I: 1. Incremento de
92 valores para as rubricas I.1.1.2 – apoio à participação em eventos nacionais e internacionais;
93 redução de valores nas rubricas I.1.1.3 – treinamento a membros e parceiros do Comitê e
94 Subcomitês e I.1.1.1 – apoio às atividades de educação e mobilização social na bacia hidrográfica;
95 incremento de valores para a rubrica I.2.1.1 – programa de biomonitoramento (nova contratação).
96 No componente II, propõe-se o incremento de valores para a rubrica II.3.1.1 – elaboração de
97 diagnósticos, estudos e projetos de produção de água e de recarga hídrica e valorização de
98 nascentes urbanas e redução de valores na rubrica II.5.1.1 – apoio no acompanhamento e
99 gerenciamento de planos, programas, projetos e obras. Por fim, no componente III, são propostos
100 o incremento de valores para a rubrica III.1.1.1 – execução de projetos de saneamento rural e a
101 redução de valores na rubrica III.2.1.1 – execução de projetos de produção de água. Em seguida,
102 apresenta o detalhamento das atualizações propostas, com cada programa e ação de gestão, os
103 valores atuais, adequações propostas e o valor do PPA alterado, todas as informações divididas nos
104 anos de referência do PPA (2024 - 2027). Sobre o Programa de Conservação de Água, Poliana explica
105 que foram hierarquizadas oito microbacias, sendo que quatro dessas estão com o programa em
106 andamento. Logo quando houve a seleção, membros dos Subcomitês de outros territórios
107 questionaram como seria em relação às demais bacias. Na oportunidade, a Diretoria se reuniu com
108 os coordenadores para repassar a informação de que as microbacias seriam ranqueadas e a
109 Diretoria chamaria as próximas do ranking para a execução anualmente. Dessa forma, conclui-se
110 que há uma questão a ser ajustada, uma vez que, pelo PPA, confere-se a possibilidade de executar
111 o programa em apenas mais uma microbacia. A presidenta entende que as opções são executar em
112 todas as microbacias ou em nenhuma, conforme o que foi acordado e ainda acrescenta que o
113 cronograma está atrasado, já que a previsão seria fazer o chamamento de outras quatro microbacias
114 ainda em 2023. A proposta de Poliana, então, seria retirar as próximas quatro microbacias desse
115 programa e remanejar o orçamento para investir no programa de nascentes urbanas, que também
116 possui pouca verba. Jacqueline compreende a proposta como possível e acha que outra
117 possibilidade seria utilizar os recursos disponíveis para elaboração de PIPs para as microbacias
118 restantes, porém, seria necessário articular parcerias para viabilizar a execução dos projetos
119 individuais por propriedade. Ronald Guerra concorda com a visão de Jacqueline, salientando que o
120 CBH Rio das Velhas tem capacidade para captação de recursos e que ter os PIPs prontos facilitaria o
121 processo, como ocorrido com o TAC Água. Em diálogo com Guilherme Silva, também da Gerência
122 de Projetos do CBH Rio das Velhas, Jacqueline verifica a possibilidade de realocar o recurso da
123 execução dos projetos de produção de água para a elaboração de projetos de produção de água.

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA ENTRE DIRETORIA AMPLIADA E CTPC, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2024

124 Porém, é necessário deixar outra porcentagem desse recurso para executar o programa de
125 nascentes urbanas, por isso, a gerente sugere que sejam no máximo quatro projetos de produção
126 de água a serem elaborados. Ela ainda acrescenta que a elaboração de projetos de saneamento,
127 referente à rubrica II.1.1, está em andamento e conseguirá ser executada por completo, com sobra
128 de um saldo que pode ser utilizado para abrir um novo edital para saneamento rural ou para
129 selecionar outros municípios para serem contemplados com projetos de saneamento urbano. Em
130 seguida, Poliana comenta que a Diretoria está em trabalhando junto à Faemg visando a
131 readequação ambiental e produtiva em uma microbacia, inicialmente do Médio Rio das Velhas. Em
132 discussão sobre os recursos disponíveis e como operacionalizá-los, Jacqueline, Poliana e Rogério
133 Morais combinam de marcar uma reunião com a federação para de melhor articular e integrar a
134 parceria. Dando continuidade, Jacqueline perpassa a rubrica II.4.1.1, referente à elaboração de
135 projetos para ampliação da oferta hídrica em áreas de conflito ou de elevado comprometimento
136 hídrico. As ações estavam previstas para serem iniciadas em 2025 e finalizadas em 2026, e
137 Jacqueline rememora aos presentes que, para essa rubrica, os recursos estão previstos tanto para
138 elaboração dos projetos, quanto para execução. Ela entende ser importante já iniciar as discussões
139 sobre para logo no início de 2025 colocar a ação em andamento. Poliana se compromete a marcar
140 uma reunião com Tiago Santana, do IGAM, para discutir tal ponto. Poliana pergunta estão de acordo
141 em elaborar os quatro PIPs para as quatro microbacias, mesmo sem perspectiva de recursos para
142 as quatro, ou entendem como melhor opção manter apenas um projeto do início ao fim, em
143 parceria com a Faemg. Em votação, os participantes se manifestam favoráveis à primeira proposta.
144 **Item 4.** Sem maiores assuntos a serem discutidos, a presidenta do CBH Velhas agradece a presença
145 dos conselheiros da Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle e explica que a mesma
146 sala de conferência virtual será utilizada para uma segunda reunião apenas entre os membros da
147 Diretoria Ampliada do Comitê. Dessa forma, os conselheiros da CTPC se despedem e Poliana dá
148 como encerrada a reunião conjunta entre a Câmara Técnica e a Diretoria. **Pauta da reunião da**
149 **Diretoria Ampliada: Item 1.** Abertura, verificação de quórum e aprovação da minuta da ata da
150 reunião realizada no dia 17 de setembro de 2024; **Item 2.** Definição de pauta da 127ª Plenária
151 Extraordinária do CBH Rio das Velhas, a ser realizada em 17 de dezembro (anexo); **Item 3.** Discussão
152 acerca da renovação do contrato 004/2023 – Tanto Expresso - mobilização social, capacitação e
153 Educação Ambiental para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas nas 23 UTE's existentes
154 na bacia; **Item 4.** Atualização da planilha de Ofícios recebidos pela Diretoria do CBH Rio das Velhas;
155 **Item 5.** Assuntos gerais e encerramento. **Item 1.** A presidenta consta que há quórum para início da
156 reunião e a ata da reunião do dia 17 de setembro é aprovada sem maiores manifestações. **Item 2.**
157 Dimas Correa compartilha a proposta pauta para a próxima plenária do CBH Velhas, marcada para
158 o dia 17 de dezembro de 2024. Ronald Guerra é favorável à proposta de pauta para a plenária.
159 Ohany sugere acrescentar como informe o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)
160 unificado e o edital de saneamento urbano, ambos do CBH São Francisco. Poliana concorda e Dimas
161 acrescenta os itens ao ponto de pauta de informes. Sobre o item que aborda o custeio da Agência
162 Peixe Vivo, Ohany explica que o planejamento da agência é baseado em uma projeção, uma vez que
163 é impossível, até mesmo para o órgão gestor, ter certeza do dinheiro a ser recebido. Como a APV
164 atua junto a mais de um comitê, o planejamento é feito de acordo com as projeções de recebimento

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA ENTRE DIRETORIA AMPLIADA E CTPC, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2024

165 por cada um deles. A gerente de integração entende ser importante ressaltar a problemática da
166 inadimplência nas bacias hidrográficas do Rio São Francisco, do Rio das Velhas e Rio Pará, e
167 acrescenta que todos os comitês, juntamente à agência e aos órgãos gestores, estão trabalhando
168 para mitigar tão problemática. Como o IGAM compartilha à Agência Peixe Vivo apenas quanto foi
169 cobrado em relação ao uso dos recursos hídricos, o planejamento da entidade deve ser conservador,
170 justamente devido ao histórico de inadimplência nas bacias. De imediato, Ohany apresenta a
171 planilha com o planejamento orçamentário anual de custeio (APV/Rio das Velhas) aos partícipes,
172 detalhando o valor esperado para o custeio (cerca de R\$1.485.000,00) e as despesas
173 administrativas, ressaltando que a maior dessas despesas é com pessoal e encargos. Revela que a
174 agência está com a expectativa de, em diálogo com o IGAM, acordar que os membros da APV que
175 desempenham atividades finalísticas sejam pagos com recursos de investimento, o que já acontece
176 no âmbito do CBH São Francisco e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), mas
177 ainda está em discussão no âmbito estadual. O próximo item a ser discutido é o calendário do
178 Comitê para 2025. Ohany considera importante alinhar as datas, pautas e formatos (virtual ou
179 presencial) das reuniões das Câmaras Técnicas com a Diretoria, uma vez que as CTs são instâncias
180 de assessoramento da Diretoria. Ela sugere que a Diretoria se reúna pelo menos uma vez antes de
181 cada plenária, mesmo que de forma extraordinária. Em conjunto, Ohany, Dimas e Poliana
182 remanejam o calendário de reuniões da Diretoria Ampliada com tal sugestão em mente. Para além
183 disso, Dimas sugere já decidir uma data para o Encontro de Prefeitos, previsto para o ano de 2025,
184 e aconselha sua realização no dia 10 de abril. Poliana concorda com a proposta. Ademais, Poliana
185 sugere o acréscimo do Momento dos Subcomitês na pauta da plenária, uma demanda dos
186 conselheiros de tal instância. Ohany e Dimas sugerem o Subcomitê Carste, para apresentar o
187 programa Rede Asas do Carste. **Item 3 e Item 4.** Poliana sugere que uma reunião posterior seja feita
188 entre a Diretoria para discussão dos seguintes itens, visto a duração já prolongada da corrente
189 conferência e a necessidade dos partícipes de atenderem a outras agendas. **Item 5.** Não havendo
190 mais nenhum assunto a tratar, a presidenta do CBH Rio das Velhas atesta que esta reunião ocorreu
191 com a estrutura mínima necessária para possibilitar a participação de todos os conselheiros, e
192 encerrou a mesma, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada na reunião do dia 06 de abril
193 de 2025.



Poliana Aparecida Valgas de Carvalho
Presidenta do CBH rio das Velhas